

ACESSO À INFORMAÇÃO

1 - Existe legislação municipal específica que estabeleça procedimentos e providências para garantir o direito de acesso à informação pública em conformidade com a Lei de Acesso à Informação?

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11): regulamenta o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

1 ☒ Sim → 1.1 - Lei ou decreto/ano: / 1.2 - Local da publicação: (admite dupla marcação) { 1.2.1 ☐ Diário Oficial impresso 1.2.2 ☒ Diário Oficial na Internet

2 ☐ Não (passe para o quesito 3)

2 - A legislação municipal que regulamenta a Lei de Acesso à Informação: (admite múltipla marcação)

- 2.1 ☒ Estabelece prazo de atendimento de pedido de acesso à informação pública igual ou inferior a 20 dias corridos 2.2 ☐ Institui procedimentos de classificação de informação sigilosa em âmbito municipal
- 2.3 ☒ Prevê autoridade de monitoramento para implementação da Lei de Acesso à Informação pública 2.4 ☒ Prevê **órgão central** de monitoramento das ações relativas ao acesso à informação pública
- 2.5 ☒ Prevê a divulgação de relatório de monitoramento com informações estatísticas dos pedidos de acesso à informação pública 2.6 ☒ Prevê mais de uma instância recursal interna ao órgão ou entidade demandado
- 2.7 ☒ Estabelece instância recursal **autônoma e independente em relação à autoridade que proferiu a decisão impugnada** 2.8 ☒ Estabelece procedimento (recurso, reclamação ou outro) em caso de omissão de resposta a pedidos de informação pública

3 - Por quais meios o município possibilita aos cidadãos realizar solicitação de acesso à informação pública com base na Lei de Acesso à Informação: (admite múltipla marcação)

ATENÇÃO: NÃO CONSIDERAR FORMAS DE ATENDIMENTO QUE APENAS ORIENTEM OU REDIRECIONE AS SOLITAÇÕES.

- 3.1 ☒ Em local com condições para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações públicas (Serviço de Informação ao Cidadão – SIC) 3.2 ☒ Internet 3.3 ☐ Telefone 3.4 ☐ Carta 3.5 ☐ Outro 3.6 ☐ Não disponibiliza

4 - Houve solicitação de acesso à informação pública à prefeitura, no ano de 2023, com base na Lei de Acesso à Informação?

1 ☒ Sim 2 ☐ Não

5 - A prefeitura publica, para acesso ao público em geral, as respostas das solicitações feitas através da Lei de Acesso à Informação:

1 ☐ Perguntas e respostas 2 ☐ Somente as respostas 3 ☒ Não publica

6 - A prefeitura disponibiliza informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira (em atendimento à Lei Complementar 131/2009):

Lei Complementar 131/2009: alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal para determinar que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios disponibilizem, em tempo real, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira.

Liberção em tempo real refere à disponibilização das informações em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento.

1 ☒ Sim → 6.1 - Em tempo real? 1 ☒ Sim 2 ☐ Não 6.2 - Local onde disponibiliza: (admite múltipla marcação)

Desconsiderar local onde é feito apenas redirecionamento.

6.2.1 ☒ Na página da internet 6.2.2 ☒ No portal da transparência 6.2.3 ☐ Em outro website

7 - Em relação à publicação dos dados gerais da administração municipal: (admite múltipla marcação)

Orçamentos informações orçamentárias do município (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, Orçamento Anual - LOA).

Receitas são todos os recursos financeiros que o município recebe.

Despesas são todos os gastos feitos pelo município.

Balanços publicações dos balanços, demonstrativos e demais relatórios contábeis.

Prestação de contas da Lei de Responsabilidade Fiscal prestação de contas do município.

Compras e licitações consulta das licitações, processos de compra e contratações concluídas e/ou em andamento.

Dados gerais	Formato			Não publica
	CSV, ODS, XLS, DOC	PDF ou imagem	Outro tipo de arquivo	
7.1 - Orçamentos	7.1.1 <input type="checkbox"/>	7.1.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.1.3 <input type="checkbox"/>	7.1.5 <input type="checkbox"/>
7.2 - Receitas	7.2.1 <input checked="" type="checkbox"/>	7.2.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.2.3 <input type="checkbox"/>	7.2.5 <input type="checkbox"/>
7.3 - Despesas	7.3.1 <input checked="" type="checkbox"/>	7.3.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.3.3 <input type="checkbox"/>	7.3.5 <input type="checkbox"/>
7.4 - Balanços	7.4.1 <input type="checkbox"/>	7.4.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.4.3 <input type="checkbox"/>	7.4.5 <input type="checkbox"/>
7.5 - Prestação de contas da Lei de Responsabilidade Fiscal	7.5.1 <input type="checkbox"/>	7.5.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.5.3 <input type="checkbox"/>	7.5.5 <input type="checkbox"/>
7.6 - Compras e licitações	7.6.1 <input type="checkbox"/>	7.6.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.6.3 <input type="checkbox"/>	7.6.5 <input type="checkbox"/>
7.7 - Dados individualizados das remunerações e subsídios recebidos pelos servidores da prefeitura	7.7.1 <input type="checkbox"/>	7.7.2 <input checked="" type="checkbox"/>	7.7.3 <input type="checkbox"/>	7.7.5 <input type="checkbox"/>

8 - A prefeitura possui em sua página na internet e/ou no portal transparência as seguintes informações: **(admite múltipla marcação)**

Registro de competências: Informações sobre as atribuições e atividades desempenhadas pelas diversas unidades/setores da prefeitura.

- 8.1 ☒ Registro de competências
- 8.2 ☒ Estrutura organizacional
- 8.3 ☒ Endereços e telefones das respectivas unidades da estrutura organizacional
- 8.4 ☒ Horários de atendimento ao público das unidades da estrutura organizacional
- 8.5 ☐ Quantitativo do pessoal ocupado por vínculo empregatício
- 8.6 ☒ Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades
- 8.7 ☒ Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados
- 8.8 ☒ Respostas às perguntas mais frequentes da sociedade, também conhecido como FAQ ou 'Perguntas Frequentes'.
- 8.9 ☒ Registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros
- 8.10 ☐ Nenhuma das informações citadas
- 8.11 ☐ Não possui página na internet ou portal transparência

CONTROLE INTERNO

9 - Na prefeitura existe estrutura organizacional responsável pelo controle interno?

Controle interno é um instrumento de gestão para auxiliar a administração a alcançar seus objetivos, ao controlar processos (financeiros, orçamentários, etc.). Concerne estruturas, normas, procedimentos e rotinas operacionais que acompanham as decisões, fatos e registros de órgão ou poder. Deve auxiliar a execução de programas e ser direcionado à correção de eventuais desvios quanto a parâmetros estabelecidos, podendo ser realizado de forma preventiva, concomitante ou posterior à ocorrência de um determinado fato.

- 1 ☒ Sim, instituída por instrumento legal → 9.1 - Qual o instrumento? → 9.2 - Número/Ano: /
- 2 ☐ Sim, sem instrumento legal
- 3 ☐ Não (passe para o quesito 17)
- 1 ☒ Lei
- 2 ☒ Decreto
- 3 ☐ Portaria
- 4 ☐ Outro

10 - Como caracteriza-se a estrutura organizacional responsável pelo controle interno?

Considere como estrutura organizacional a unidade do governo municipal que trata do tema, podendo ou não ser de primeiro escalão. Considere como secretaria a unidade organizacional do governo municipal de primeiro escalão, cuja a denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros. Setor é a parte organizacional da prefeitura sem *status* de secretaria, ou seja, que não faz parte do primeiro escalão do governo municipal.

- 1 ☒ Secretaria municipal exclusiva (passe para o quesito 12)
- 2 ☐ Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais
- 3 ☐ Setor subordinado a outra secretaria
- 4 ☐ Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo (passe para o quesito 12)

11 - A que secretaria ou setor a área de controle interno está associada ou subordinada: **(admite múltipla marcação)**

- 11.1 ☐ Administração
- 11.2 ☐ Finanças/Fazenda/Orçamento
- 11.3 ☐ Planejamento/Gestão
- 11.4 ☐ Contabilidade
- 11.5 ☐ Justiça
- 11.6 ☒ Outra

12 - Nome do órgão gestor responsável pelo controle interno:

Considere como órgão gestor a unidade organizacional do governo municipal de **primeiro escalão**, comumente denominada de **secretaria**, podendo variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo também ser chamada de Divisão, Diretoria, dentre outras.

S E C R E T A R I A M U N I C I P A L D E G E S T Ã O E C O N T R O L E

13 - Existe pessoal ocupado especificamente nas atividades de controle interno? 1 ☒ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 15)

14 - Total do pessoal ocupado especificamente nas atividades de controle interno: 1 2 ☐ Não sabe informar

15 - O responsável pela área de controle interno é:

- 1 ☐ Servidor com cargo efetivo municipal, nomeado por concurso para a área de controle interno
- 2 ☐ Servidor com cargo efetivo municipal
- 3 ☐ Servidor efetivo em outra esfera pública (estadual ou federal)
- 4 ☒ Servidor sem vínculo permanente/cargo comissionado
- 5 ☐ Nenhum dos relacionados

16 - Qual a formação de nível superior do(a) responsável pela área de controle interno?

- 1 ☐ Administração
- 2 ☐ Economia
- 3 ☐ Ciências Contábeis
- 4 ☒ Direito
- 5 ☐ Engenharia
- 6 ☒ Outra
- 7 ☐ Não possui formação de nível superior

17 - O município possui em sua estrutura uma carreira ou cargo específico de auditor/controlador interno ou equivalente (Cargo efetivo de provimento por concurso público exclusivo para a área da controladoria/auditoria)?

1 ☒ Sim → 17.1 - Houve concurso para este cargo nos últimos 24 meses?
2 ☐ Não

1 ☐ Sim → 17.2 - Efetivou o(s) concursado(s)?
2 ☒ Não 1 ☒ Sim 2 ☐ Não

18 - A atuação, os trabalhos e atividades do controle interno contemplam ações de controle em quais áreas? (admite múltipla marcação)

- 18.1 ☒ Receitas 18.2 ☒ Despesas 18.3 ☒ Administração de pessoal
18.4 ☒ Estoques e almoxarifados 18.5 ☒ Administração do patrimônio
18.6 ☒ Cumprimento das metas do PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos (LOA e LDO)
18.7 ☒ Cumprimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, no que tange à eficiência, eficácia e efetividade
18.8 ☒ A aplicação de recursos públicos por entidades de direito público
18.9 ☒ A aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado (inclusive associações e terceiro setor)
18.10 ☒ Os limites e condições para a inscrição de despesas em restos a pagar
18.11 ☒ Cumprimento da legislação concernente a licitações e fiscalização de contratos
18.12 ☒ Cumprimento do limite de gastos totais por parte do legislativo municipal, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais (Gestão Fiscal)
18.13 ☒ Transferências para o legislativo municipal 18.14 ☒ Contabilidade 18.15 ☒ Prevenção e combate à corrupção
18.16 ☒ Transparência 18.17 ☒ Conformidade ao acesso à Informação (LAI) 18.18 ☐ Nenhuma das ações relacionadas

19 - O sistema de controle interno do município apresenta atualmente as funções de: (admite múltipla marcação)

Auditoria Governamental é a função que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos órgãos e entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade bem como a aplicação de recursos por pessoas físicas ou jurídicas.

Controladoria é a função que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público.

Corregedoria é a função que tem por finalidade apurar os indícios de ilícitos praticados no âmbito da Administração Pública e promover a responsabilização dos envolvidos, por meio da instauração de processos e adoção de procedimentos, visando inclusive o ressarcimento nos casos em que houver dano ao erário.

Ouvidoria é a função que tem por finalidade fomentar o controle social e a participação popular, por meio do recebimento, registro e tratamento de denúncias e manifestações do cidadão sobre serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação dos recursos públicos, visando à melhoria da sua qualidade, eficiência, resolubilidade, tempestividade e equidade.

Promoção da integridade é a função que tem por finalidade orientar e promover ações de prevenção de ocorrência de irregularidades, desvios ou atos de corrupção, fomentar o controle social e a transparência pública, assim como estimular o comportamento ético nas organizações governamentais e nas organizações que se relacionam direta ou indiretamente com o governo.

- 19.1 ☒ Auditoria governamental 19.2 ☒ Controladoria 19.3 ☒ Corregedoria
19.4 ☒ Ouvidoria 19.5 ☒ Promoção da Integridade/prevenção e combate a corrupção 19.6 ☐ Nenhuma das funções descritas

20 - As ações de controle desenvolvidas nos últimos 24 meses são caracterizadas por: (admite múltipla marcação)

Controle prévio ocorre antes do início do ato administrativo.

Controle concomitante ocorre durante a execução do ato, de modo que este não seja desviado em sua natureza.

Controle posterior ocorre após a conclusão do ato, tendo como intenção corrigir eventuais defeitos, declarar sua nulidade ou dar-lhe eficácia.

- 20.1 ☒ Controle prévio 20.2 ☒ Controle concomitante 20.3 ☒ Controle posterior 20.4 ☐ Não realizou nenhuma ação nos últimos 24 meses

21 - As ações de controle, nos últimos 24 meses, levaram a alguma comunicação de irregularidade, verificada no âmbito da administração pública, junto ao Tribunal de Contas e/ou Ministério Público? (admite dupla marcação)

- 21.1 ☐ Tribunal de Contas 21.2 ☐ Ministério Público 21.3 ☒ Não procedeu nenhuma comunicação de irregularidade

22 - Ações de controle realizadas nos últimos 24 meses: (admite múltipla marcação)

- 22.1 ☒ Processo Administrativo Disciplinar – PAD 22.2 ☒ Processo Administrativo de Responsabilização - PAR
22.3 ☒ Tomada de Contas Especial – TCE (caso de identificação de situação de irregularidade, envolvendo potencial dano ao erário e/ou desvio de verbas públicas) 22.4 ☐ Não realizou PAD, PAR OU TCE

23 - O controle interno tem informação publicada na internet? 1 ☒ Sim 2 ☐ Não (**passe para o quesito 25**)

24 - Quais informações são disponibilizadas na internet? (**admite múltipla marcação**)

24.1 ☒ Estrutura administrativa do órgão central de controle interno

24.2 ☒ Informações institucionais sobre o órgão central de controle interno

24.3 ☐ Consulta a estatísticas de processos disciplinares

24.4 ☒ Mecanismos para realização de denúncias anônimas ou sigilosas

24.5 ☐ Consulta para acompanhamento de denúncia

24.6 ☐ Consulta de indicadores de desempenho do governo

24.7 ☒ Produtos gerados pelo órgão central de controle interno, tais como relatórios, certificados e notas

24.8 ☒ Legislação específica na área de controle interno (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e outras)

25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ocorrência de: (**admite múltipla marcação**)

25.1 ☐ Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbidade administrativa

25.2 ☐ Aplicação de sanções administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa

25.3 ☒ Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa

25.4 ☒ Ressarcimento ao erário municipal

25.5 ☐ Nenhuma ocorrência registrada

26 - O município possui Conselho Municipal de Transparência ou similar?

ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.

1 ☐ Sim → 26.1 - Lei/ano de criação:

								/							
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

26.1c - O conselho está:

1 ☐ Ativo

2 ☐ Inativo (**passe para o quesito 32**)

3 ☐ Foi criado mas não foi instalado (**passe para o quesito 32**)

→ 26.2 - O conselho é:

1 ☐ Paritário

2 ☐ Tem maior representação governamental

3 ☐ Tem maior representação da sociedade civil

2 ☒ Não (**passe para o quesito 32**)

27 - Caráter do Conselho: (**admite múltipla marcação**) 27.1 ☐ Consultivo 27.2 ☐ Deliberativo 27.3 ☐ Normativo 27.4 ☐ Fiscalizador

28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses:

--	--	--	--

29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):

--	--	--	--

30 - O município realiza capacitação para os membros do Conselho? (**admite dupla marcação**) 30.1 ☐ Periodicamente 30.2 ☐ Ocasionalmente 30.3 ☐ Não realiza

31 - O município disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?

1 ☐ Sim → 31.1 - Quais? (**admite múltipla marcação**)

2 ☐ Não

31.1.1 ☐ Sala própria

31.1.2 ☐ Computador

31.1.3 ☐ Impressora

31.1.4 ☐ Acesso à internet

31.1.5 ☐ Veículo próprio

31.1.6 ☐ Telefone

31.1.7 ☐ Diárias

31.1.8 ☐ Dotação orçamentária própria

31.1.9 ☐ Transporte/Locomoção

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

32 - No município, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

1 ☒ Sim

2 ☐ Não (**passe para o quesito 34**)

3 ☐ Não sabe informar (**passe para o quesito 34**)

33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:

1 ☐ No gabinete do(a) Prefeito(a)

2 ☒ No departamento jurídico ou procuradoria municipal

3 ☐ No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)

4 ☐ Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento

5 ☐ Na Controladoria ou Corregedoria municipal

6 ☐ Em comitê ou comissão municipal específica

7 ☐ Outra

8 ☐ Não sabe informar

Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

34 - O município disponibilizou para seus servidores cursos sobre segurança da informação em meios eletrônicos e proteção de dados nos últimos 24 meses?

1 ☒ Sim 2 ☐ Não 3 ☐ Não sabe informar

35 - O município disponibilizou canais de atendimento pela Internet para os cidadãos enviarem mensagens sobre o uso de seus dados pessoais pela prefeitura?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não 3 ☐ Não sabe informar

36 - O município possui regulamentação ou lei municipal específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores da prefeitura?

1 ☒ Sim 2 ☐ Não 3 ☐ Não sabe informar

37 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:

1 ☐ Sim, no bloco

2 ☒ Não

37.1 - Nome do responsável pela informação: F E R N A N D A D O A M A R A L Z A I T U N E

37.2 - Cargo: P R O C U R A D O R A D O M U N I C Í P I O

37.3 - Telefone: 1 9 - 2 1 1 6 - 8 4 8 3 Assinatura:

OBSERVAÇÕES